

SOCIABILIDADES E IDENTIDADES NO CARIRI CEARENSE: O ARARIPE E A VOZ DA RELIGIÃO NO CARIRI

Fatiana Carla Araújo*

A pesquisa brasileira em jornalismo tem seu início entre o fim do século XIX e o começo do século XX com os estudos de historiadores como Barão de Studart, Afonso de Freitas, Alfredo de Carvalho e Max Fleuss associados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Marques de Mello (2006) aponta três etapas que dividem o pensamento jornalístico brasileiro: 1. Emancipatório (século XIX); 2. Identificação (século XX); 3. Autonomização (século XIX).

Essa pesquisa se enquadra na etapa emancipatória que se caracteriza pelo “distanciamento gradual das matrizes portuguesas e dos modelos brasileiros existentes nos reinados de D. João VI, Pedro I e Pedro II” (SILVA, 2008, p. 93).

Ao buscar os relatos jornalísticos das pequenas coisas do cotidiano, gestos e falas habituais, objetos e lugares conhecidos entendem-se “enquanto intervenções que cristalizam eixos agregadores (pontos de coesão), mas também como possibilidade de rupturas promotoras de um duplo movimento – de distinção e de constituição de eixos alternativos de adesão” (GUIMARÃES, 2006, p.8). Compreende-se uma sociedade que se constrói cotidianamente. Isso é percebido em diversas passagens do jornal *O Araripe*, sobretudo ao se remeter à aproximação e futura presença do cólera.

O Araripe é um jornal liberal que apresenta um projeto modernizador, político-administrativo, para o Cariri e possui um papel de divulgação de sua ideologia.

“A notícia é o que os jornalistas acham que interessa aos leitores, portanto, a notícia é o que interessa aos jornalistas” (HERRAIZ, 1996, p. 19). A notícia pode ser entendida como um espelho da realidade ou como uma construção da realidade.

Analisando *O Araripe e A voz da religião no cariri* a notícia é entendida “como uma representação social da realidade quotidiana, produzida institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível” (ALSINA, 2009, p. 299).

No início do século XVIII, o cariri cearense caracteriza-se pela presença dos criadores de gado, que vinham atraídos pelos recursos naturais, e permitiram o desenvolvimento da agricultura, principalmente a cana-de-açúcar, tornando a região um

* Professora Mestre do Depto. de História da Universidade Regional do Cariri – URCA. E-mail: fatianaaraujo@ymail.com

centro exportador de alimentos. A proximidade com o estado de Pernambuco diversificou as atividades comerciais em fins desse século, dinamizando o espaço, colocando-o no centro dos movimentos políticos. O catolicismo ortodoxo produzia um ambiente de crenças supersticiosas e práticas populares paralitúrgicas, sobretudo entre os mais pobres.

A partir de 1850 percebe-se um surto comercial no cariri, com a vinda de grandes negociantes da cidade de Icó. A instalação de farmácias permanentes, melhores transportes, escolas, a chegada de coletores, advogados e jornalistas criaram espaços de novas subjetividades.

O objetivo dessa pesquisa é compreender como se constituíram essas novas sociabilidades e identidades no cotidiano caririense, observando a cultura material, as experiências e afetividade no século XIX.

Embora não se pretenda discutir expressões de poder de maneira específica, mas considera-se importante refletir sobre as relações de poder na construção de subjetividades e discursos que permeiam as relações sociais no Cariri a partir das experiências do século XIX.

Encontra-se em Michel Foucault uma discussão entre a relação de poder e subjetividades. Ele afirma que “aquilo que se define como uma relação de poder é um modo de ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua própria ação. Uma ação sobre a ação, sobre ações eventuais, ou atuais, futuras ou presentes” (FOUCAULT, 1995, p. 243).

O século XIX, no Cariri, é caracterizado pela grande diversidade de acontecimentos: a Revolução Pernambucana de 1817, a Confederação do Equador, processo de Independência do Brasil e os confrontos nos sertões, elevação do Crato à categoria de cidade, criação de vários jornais (O Araripe, O Cratense, A Camphora, Vanguarda), revista A Província, Clube Romeiro do Porvir, Grêmio Filomático, Reform Club, higiene praticada nos banheiros públicos, Mercado das Frutas, Mercado da Carne, construção dos cemitérios, cadeias, prisões, organização das feiras livres, aberturas das estradas intermunicipais, funcionalidade das ruas, “duas escolas de primeiras letras para meninos e meninas, e uma cadeira de latim criada por decreto da Assembléia Geral de 25 de junho de 1831” (SAINT ADOLPHE, 1845, p. 303).

Analisando a constituição de subjetividades e suas inter-relações com outros aspectos da vida social, como identidade e a cultura material, busca-se compreender as práticas de sociabilidades e afetividades manifestadas na segunda metade do século XIX no Cariri, através dos jornais *O Araripe* e *A Voz da Religião no Cariri*.

Há estudos baseados no jornal *O Araripe*, como o desenvolvido por Daniela Alves¹ sobre as representações políticas construídas pelo jornal liberal, assim como o de Juciêdo Alexandre² que discute as representações desse semanário sobre o cólera.

O Araripe constrói um Cariri no qual apresenta uma ordem usual das coisas, das práticas cotidianas, sensações compartilhadas, imagens, sons, cheiros, sabores; um jornal que informa sobre acontecimentos globais e locais. Com uso de metáforas, analogias, alegorias é apresentado o mundo onde se vive. “A sociabilidade proporcionada pela comunicação dá formas ao cotidiano, ambientando a vida que se sucede dia após dia” (BRETAS, 2006, p. 32).

O Araripe apresenta uma sociedade da segunda metade do século XIX que é marcada pela presença do Theatro Novo (*O Araripe*. Nº8, 25 ago 1855, p.4), da comercialização de vários produtos, tais como luvas, botões para casaca (*O Araripe*. Nº10, 8 set. 1855, p.4), cerveja, genebra, lenços fino, perfumaria, vestidos de cambraia (*O Araripe*. Nº11, 15 set. 1855, p.4), objetos em ouro 18 (*O Araripe*. Nº18, 3 nov. 1855, p.4).

Uma sociedade que constrói modelos de comportamentos públicos, na rua, no baile (*O Araripe*. Nº32, 9 fev. 1956), em diferentes espaços sociais. “Os modos comuns de dizer e fazer, vistos como práticas cotidianas, são formas que possibilitam processos identitários ao apresentarem regularidades e padrões compartilhados socialmente, permitindo que uns se reconheçam nos outros” (BRETAS, 2006, p. 32).

Percebe-se uma necessidade de adaptação às novas experiências cotidianas, apresentadas como espaço das resistências. Refiro-me à resistência como uma forma de inserção ao novo modo de vida, que se apresenta em um campo vasto de alternativas das maneiras de viver, no qual podem ser observadas práticas sociais de afetividade e sociabilidade.

Robert Castel afirma haver uma intervenção “sobre o processo que produz estas situações” (CASTEL, 1997, p. 26), que são construídas pelo contato entre dois momentos de uma sociedade, que agora, se organiza e se modela criando nos hábitos. Um mundo mais provinciano que vai cedendo lugar às expectativas de um novo tempo. A resistência é compreendida por Bobbio, como “todo comportamento de ruptura contra a ordem construída, que ponha em crise o sistema pelo simples fato de produzir-se...” (CASTEL, 1992, p. 144).

Com as práticas de resistência são criados novos sujeitos, objetos e realidades, que implicam subjetividades. As transformações ocorridas ao longo da história são resultado de enfrentamentos entre situações cristalizadas e outras condições que se apresentam e resistem às anteriores, construído seus próprios valores, com subjetividades próprias. Esse movimento de recriação apresenta novas formas de subjetividade, que se expressam na escola, na rua, nas

fábricas e de um modo geral nas experiências sociais do cotidiano. Gilles Deleuze (1992) discute questões semelhantes às apresentadas anteriormente, indicando o Estado, a família, a escola, os hospitais, o trabalho e as cidades, como espaços de manifestação de mudança.

Analisando a constituição de subjetividades e suas inter-relações com outros aspectos da vida sociais, como identidade e a cultura material, busca-se compreender as práticas de sociabilidades e afetividades manifestadas na segunda metade do século XIX no Cariri.

Nessa primeira parte do estudo, abordam-se apenas as questões teóricas que envolvem essa pesquisa. Discutem-se os conceitos de representações sociais, sensibilidades e sociabilidades analisados por Norbert Elias. Ele afirma que não foi

orientado nesse estudo pela idéia de que nosso modo civilizado de comportamento é o mais avançado de todos os humanamente possíveis, nem pela opinião de que a ‘civilização’ é a pior forma de vida e que está condenada ao desaparecimento. Tudo o que se pode dizer é que, com a civilização gradual, surge certo número de dificuldades especificamente civilizacionais. Mas não podemos dizer que já compreendemos porque concretamente nos atormentamos desta maneira. Sentimos que nos metemos, através da civilização, em certos emaranhados desconhecidos de povos menos civilizados. Mas sabemos também que esses povos menos civilizados são, por seu lado, atormentados por dificuldades e medos dos quais não mais sofremos, ou pelo menos não sofremos no mesmo grau. Talvez tudo isso possa ser visto com um pouco mais de clareza se for compreendido como realmente operam esses processos civilizadores. De qualquer modo, foi este um dos desejos com que comecei a trabalhar neste livro [...] Acima de tudo, a natureza dos processos históricos – do que se poderia chamar de ‘mecânica evolucionária da história’ – tornou-se mais clara para mim, assim como suas relações com os processos psíquicos. Termos como sociogênese e psicogênese, vida afetiva e controle de instintos, compulsões externas e internas, patamar de embaraço, poder social, mecanismo de monopólio e vários outros dão expressão a isso. Mas fiz a menor concessão possível à necessidade de expressar com novas palavras coisas novas que se tornaram visíveis (ELIAS, 1994, p. 19).

Observa-se nessa passagem a constituição de um espaço marcado por relações dinâmicas, as quais “ninguém dúvida de que os indivíduos formam a sociedade ou de que toda sociedade é uma sociedade de indivíduos” (ELIAS, 1994, p. 16), que estão sendo analisados no cariri cearense através de inventários, autos civis e criminais, testamentos, processos crimes, livros de ocorrência, arquivos cartoriais, eclesiásticos e das secretarias de saúde, matrículas e frequências de alunos. O estudo desses sujeitos volta-se para a compreensão de suas sociabilidades. Indivíduo e sociedade coexistem.

O jornal *O Araripe* apresenta situações que demonstram a mudança de comportamento da sociedade caririense como a “venda de cerveja preta, licores franceses, genebra de Hollanda, chapéus do Xille e Italia” (O Araripe. Nº 9, 1 set. 1855, p. 4), que não produtos típicos dessa região; “abertura de empresa advocatícia” (O Araripe. Nº32, 9 fev. 1956), significando a chega de novos tempos, a necessidade de auxílio jurídico especializado.

Lê-se sobre a “abertura de picada para uma estrada para carro de Baturité para o Icó” (O Araripe. Nº10, 8 set 1855, p.3), significando a necessidade de ampliação do transporte e da comunicação, assim, vários crimes de agressão à mulheres (O Araripe. Nº13, 29 set 1855, p.3), crimes de violência doméstica em Barbalha (O Araripe. Nº12, 22 set 1855, p.2). A existência desses processos marcam uma situação de denúncia contra uma condição de violência e submissão enfrentada pelas mulheres.

Observa-se, também, dicas de organização doméstica (O Araripe. Nº17, 27 out. 1855, p.3) queixas contra o descaso com o ensino público, “infeliz a terra, onde só aprende quem pode pagar ao mestre” (O Araripe. Nº11, 15 set 1855, p.2).

“A vida dos seres humanos em comunidade certamente não é harmoniosa” (ELIAS, 1994, p. 20); além de não existir cordialidade de uns com os outros, há, também, um estranhamento entre as pessoas. “Cada pessoa nesse turbilhão faz parte de determinado lugar” (ELIAS, 1994, p. 21): domésticas, comerciantes, policiais, agricultores, mendigos, assassinos desempenham uma determinada função, os quais fazem parte de um contexto maior.

Ainda citando Norbert Elias, observamos que

[...] cada pessoa singular está realmente presa; está por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que as prendem. Essas cadeias não são visíveis e tangíveis, como grilhões de ferro. São mais elásticas, mais variáveis, mais mutáveis, porém não menos reais, e decerto não menos fortes. E é a essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras, a ela e a nada mais, que chamamos “sociedade” (ELIAS, 1994, p.21).

Observando as relações sociais na segunda metade do século XIX, aparecem expressões da linguagem oral que manifestam as formas como esses sujeitos interagem com a sociedade fracionada em sua vivência cotidiana.

Marilena Chauí apresenta uma visão ainda mais ousada de resistência, sendo esta entendida como uma apropriação de algo que já existe, embora usado de maneira diferente ao fim a que se destinava. Segunda Chauí, as formas de resistência podem ser o humor, os ditos populares, os grafites. Encontra-se em um processo crime dessa época expressões, como “você não tem carne nos quartos”, significando não haver coragem para determinada ação.

quanto mais essa divisão avança numa sociedade e maior é o intercambio entre as pessoas, mais estreitamente elas são ligadas pelo fato de cada uma só poder sustentar sua vida e sua existência social em conjunto com muitas outras” (ELIAS, 1994, p. 44), e como se afirma “A história é sempre a história de uma sociedade, mais sem a menor dúvida, de uma sociedade de indivíduos” (ELIAS, 1994, p.45).

No prefácio de 1968 à sua obra “*Processo Civilizador*”, Norbert Elias afirma:



A imagem do homem como 'personalidade fechada' é substituída aqui pela 'personalidade aberta', que possui um maior ou menor grau (mas nunca absoluto ou total) de autonomia face a de outras pessoas e que, na realidade, durante toda a vida é fundamentalmente orientada para outras pessoas e dependente delas. A rede de interdependência entre os seres humanos é o que os liga. Elas formam o nexa do que é aqui chamado configuração, ou seja, uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes. Uma vez que as pessoas são mais ou menos dependentes entre si, inicialmente por ação da natureza e mais tarde através da aprendizagem social, da educação, socialização e necessidades recíprocas socialmente geradas, elas existem, poderíamos nos arriscar a dizer, apenas como pluralidades, apenas como configurações. Eis o motivo porque... não é particularmente frutífero conceber os homens à imagem do homem individual. Muito mais apropriado será conjecturar a imagem de numerosas pessoas interdependentes formando configurações (isto é, grupos ou sociedades de tipos diferentes) entre si...O conceito de configuração foi introduzido exatamente porque expressa mais clara e inequivocadamente o que chamamos de 'sociedade' que os atuais instrumentos conceituais da sociologia, não sendo nem uma abstração de atributos de indivíduos que existem sem uma sociedade, nem um 'sistema' ou 'totalidade' para além dos indivíduos, mas a rede de interdependência por eles formada. Certamente, é possível falar de um sistema social formado de indivíduos, mas as conotações associadas ao conceito de sistema social na sociologia moderna fazem com que pareça forçada essa expressão. Além do mais, o conceito de sistema é prejudicado pela idéia correlata de imutabilidade (...) (ELIAS, 1994, p.249).

Elias realça as relações entre transformações na organização da sociedade e as transformações no comportamento e na organização psíquica. Reflete-se, portanto, sobre essas condições experimentadas no cariri do século XIX.

Quando trabalhava neste livro, pareceu-me muito claro que estava lançando os alicerces de uma teoria sociológica não-dogmática –empiricamente baseada– de processos sociais em geral e de desenvolvimento social em particular. Acreditava que era inteiramente óbvio que a investigação e o modelo final do processo a longo prazo de formação do Estado, a ser encontrado no segundo volume, podiam servir igualmente bem como modelos da dinâmica de longo prazo das sociedades em uma dada direção, à qual se refere o modelo de desenvolvimento social. Naquela ocasião, não acreditava que fosse necessário dizer explicitamente que este estudo nem era de uma 'evolução' de um progresso automático (no sentido do século XIX), nem de uma 'mudança social' inespecífica (no sentido do século XX). Naquele tempo, isto me pareceu tão óbvio que deixei de mencionar explicitamente essas implicações teóricas. A introdução à segunda edição me dá a oportunidade de corrigir essa omissão (ELIAS, 1994, p. 217).

Salienta-se o esforço em estabelecer relações entre os sujeitos individuais e suas afetividades com suas práticas cotidianas, ou seja, uma forma de viver, marcadas por uma diversidade de objetos materiais, hábitos alimentares, saúde, higiene e crenças construídas e absorvidas nessa nova subjetividade caririense. Essa análise objetiva perceber a mudança, a realidade como maleável, mas ao mesmo tempo, detentora de uma ordem imanente às mudanças históricas.

As atividades desenvolvidas no antigo Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Regional do Cariri/Urca levaram a questionar sobre as condições que

influenciaram a construção de uma nova subjetividade nessa região. A leitura dos inventários, processos crimes e petições permitiram pensar sobre as redes de experiências sociais, as relações de solidariedade, concepções de vida que envolviam o Cariri no século XIX.

Mais uma vez, cito Norbert Elias, com o intuito de esclarecer e fundamentar as intenções apresentadas nessa pesquisa.

À primeira vista, talvez pareça uma complicação dispensável estudar a gênese de cada formação histórica. Mas uma vez que todos os fenômenos históricos – tanto atitudes humanas quanto fenômenos sociais – realmente se ‘desenvolveram’ em alguma época, de que modo os sistemas de pensamento podem se revelar simples ou adequados para explicar esses fenômenos se, por uma espécie de abstração artificial, eles isolam os fenômenos de seu fluxo natural, histórico, privam-nos de seu caráter de movimento e processo, e tentam compreendê-los como se fossem formações estáticas, sem considerar como surgiram e como mudam? Não é o preconceito teórico mas a própria experiência que instam conosco para procurarmos meios e maneiras intelectuais de traçar um curso entre o Cila deste ‘estatismo’ – que tende a descrever todos os movimentos históricos como algo estacionário e sem evolução – e o Caribde do ‘relativismo histórico’, que vê a história apenas em transformação constante, sem chegar à ordem subjacente a esta transformação e às leis que governam a formação de estruturas históricas. Pois é isso que tentamos fazer aqui. As pesquisas sociogenéticas e psicogenéticas propõem-se a revelar a ordem subjacente às mudanças históricas, sua mecânica e mecanismos concretos; e parece que, desta maneira, grande número de questões que julgamos hoje complicadas, ou muito além da compreensão, podem receber respostas bem simples e precisas (ELIAS, 1994, p. 17).

Os encaminhamentos sugeridos com a leitura de Clifford Geertz permitem refletir sobre a cultura, quanto ao aspecto de sua normalidade e sobre o comportamento humano, que é visto como ação simbólica; “colocá-los no quadro de suas próprias banalidades dissolve sua opacidade” (GEERTZ: 2008, p. 10). A análise cultural desenvolvida para esse estudo é caracterizada pelo autor como um desafio, observado em sua própria fala. Vejamos:

a análise cultural separa-se numa seqüência desconexa e, no entanto, coerente de incursões cada vez mais audaciosas. os estudos constroem-se sobre outros estudos, não no sentido de que retomam onde outros deixaram, mas no sentido de que, melhor informados e melhor conceitualizados, eles mergulham mais profundamente nas mesmas coisas. Cada análise cultural séria começa com um desvio inicial e termina onde consegue chegar antes de exaurir seu impulso intelectual. Fatos anteriormente descobertos são mobilizados, conceitos anteriormente desenvolvidos são usados, hipóteses formuladas anteriormente são testadas, entretanto o movimento não parte de teoremas já comprovados para outros recém-provados, ele parte de tateio desajeitado pela compreensão mais elementar para uma alegação comprovada de que alguém a alcançou e a superou. Um estudo é um avanço quando é mais incisivo- o que quer que isto signifique- do que aqueles que o precederam; mas ele se conserva menos nos ombros do que corre lado a lado, desafiado e desafiando (GEERTZ, 2008, p. 18).

O objetivo dessa pesquisa é compreender como se constituíram essas novas sociabilidades e identidades no cotidiano caririense, observando a cultura material, as

experiências e afetividade no século XIX. Analisando a constituição de subjetividades e suas inter-relações com outros aspectos da vida sociais, como identidade e a cultura material, busca-se compreender as práticas de sociabilidades e afetividades manifestadas na segunda metade do século XIX no Cariri. Salienta-se o esforço em estabelecer relações entre os sujeitos individuais e suas afetividades com suas práticas cotidianas, ou seja, uma forma de viver, marcadas por uma diversidade de objetos materiais, hábitos alimentares, saúde, higiene e crenças construídas e absorvidas nessa nova subjetividade caririense. Essa análise objetiva perceber a mudança, a realidade como maleável, mas ao mesmo tempo, detentora de uma ordem imanente as mudança históricas.

Referências Bibliográficas

- ALSINA, Rodrigo. *A construção da notícia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BRETAS, Beatriz. Interações cotidianas. In. GUIMARÃES, César; FRANÇA, Vera (orgs.). *Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- CASTEL, Robert. As artimanhas da exclusão. In., Mariângela Belfiore Wanderley, Lucia Bògus e, Maria Carmelita Yazbek. *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, 1997.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural*. Lisboa: Difel, 1990.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência. Aspectos da cultura popular no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- DELEUZE, G. Post-scriptum: sobre as sociedades de controle. *Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34. 1992.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994.
- ERTZOGUE, Marina Haizenreder e PARENTE, Temis Gomes (org.). *História e sensibilidade*. Brasília: Paralelo 19, 2006.
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. IN. Hubert Dreyfus e Paul Rabinow. *Michel Foucault: uma Trajetória Filosófica*. Rio de Janeiro: Forense. 1995.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 1.ed., 13. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- GUIMARÃES, César; FRANÇA, Vera (orgs.). *Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- HERRAIZ, I. *Enciclopedia del periodismo*. Barcelona: Noguer, 1996.

JUNG, Carl Gustav. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MARQUES DE MELO, José. *Teoria do jornalismo*. São Paulo: Paulus. _____ (org.) *O campo da comunicação no Brasil*. Petrópolis, RJ: 2008.

NEVES, Lucia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (orgs.) *Imprensa e história: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. 2. Ed. 2. Reimp.. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

SAINT ADOLPHE, Milliet de. *Dicionário geográfico histórico e descritivo do Império do Brasil*. Tomo I, Paris, J. F. Aillaud, 1845.

SILVA, Elias Machado da. Jornalismo. In. *O campo da comunicação no Brasil*. MARQUES DE MELO, José. Petrópolis, RJ: 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

VIANNA, Alexander Martins. A Antimetáfísica de Voltaire: Um Alento de Modernidade Crítica para as Identidades Contemporâneas. In. *Diálogos*, vol. 8. Maringá: UEM, 2004.

¹ ALVES, Maria Daniele. **Desejos de civilização: representações liberais no jornal *O Araripe* 1855-1864**. 2010, Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual do Ceará, Mestrado Acadêmico em Histórias e Culturas-MAHIS, Fortaleza, 2010.

² ALEXANDRE, Jucieldo Ferreira. **Quando o “anjo do extermínio” se aproxima de nós: representações sobre o cólera no semanário cratense *O Araripe* (1855-1864)**. 2010, Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, CCHLA. João Pessoa, 2010.